

Economia Ecológica, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: caminhos alternativos para o “pós-coronacrise”

Ecological Economy, sustainability, and sustainable development: alternative ways for “post-coronacrise”

Luiz Henrique Vieira da Silva¹  <https://orcid.org/0000-0002-7793-4923>

Resumo

Entre o final de 2019 e 2021, a humanidade enfrentou possivelmente o maior desafio da geração atual: a pandemia da COVID-19, doença infecciosa causada pela variação do coronavírus conhecida como SARS-CoV-2. Este é um tempo de luto, de imensa tristeza, que demandou de Estados, empresas, Organizações Não Governamentais e toda a Sociedade Civil o total enfoque na mitigação de seus impactos socioeconômicos, além de escancarar as crescentes desigualdades sociais e a insustentabilidade das relações humanas com o meio ambiente. Tendo em vista a inaptidão do mercado para resolver crises e oferecer soluções para o enfrentamento dessa adversidade, um dos desdobramentos mais notáveis do período foi a contestação do modelo capitalista de produção e consumo, alicerçada em um arcabouço teórico que aspira uma reaproximação entre a humanidade e a biosfera. Sendo assim, este ensaio buscou na Economia Ecológica e na teorização do desenvolvimento sustentável as bases para novos horizontes de ação para o Século XXI.

Palavras-chave: COVID-19. Desenvolvimento sustentável. Economia Ecológica. Sustentabilidade.

Abstract

Between the end of 2019 and 2021, humanity faced possibly the greatest challenge of the current generation: the COVID-19 pandemic, an infectious disease caused by the variation of the coronavirus known as SARS-CoV-2. This is a time of mourning, of immense sadness, which demanded from States, companies, Non-Governmental Organizations, and the entire civil society the total focus on mitigating their socioeconomic impacts, in addition to highlighting the growing social inequalities and the unsustainability of human relations with the environment. In view of the market's inability to resolve crises and offer solutions to face this adversity, one of the most notable developments of the period was the challenge of the capitalist model of production and consumption, based on a theoretical framework that aspires to a rapprochement between humanity and the biosphere. Thus, this essay sought in Ecological Economics and in the theorization of sustainable development the bases for new horizons of action for the 21st Century.

Keywords: COVID-19. Sustainable development. Ecological Economics. Sustainability.

¹ Universidade Estadual de Campinas, Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais, Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade. Rua dos Flamboyants, 155, Cidade Universitária Zeferino Vaz, 13083-867, Campinas, SP, Brasil. E-mail: <vieiraluiz77@gmail.com>.

Apoio: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Código de Financiamento 001).



Introdução

Entre dezembro de 2019 e 2021, a humanidade enfrentou possivelmente o maior desafio da atual geração: a pandemia da COVID-19, doença infecciosa causada pela variação do coronavírus conhecida como SARS-CoV-2.

Tanto a severa tragédia humana, devido às milhares de vidas perdidas em todo o planeta, quanto a desestabilização geral das economias em escala global, demandaram de governos, empresas e demais organizações um enfoque especial na mitigação de seus impactos. Com isso, e, tendo em vista que o mercado novamente demonstrou sua inaptidão para solucionar crises sem a ação do Estado, despontou a exigência de políticas econômicas intervencionistas para garantir a manutenção de empregos e a estabilização da demanda agregada, ao fomentar a produção industrial e o consumo das famílias por meio de repasses trilionários, até mesmo em gestões governamentais marcadas pelo liberalismo econômico.

Contudo, a pandemia também abriu espaço para discussões ainda mais aprofundadas. Além da aceleração de doenças zoonóticas, a ação humana sobre o planeta tem causado problemas como as crescentes desigualdades, conflitos sociais, perda de biodiversidade, extinção de espécies em massa, poluição da terra, ar e água, guerras por recursos, e, sobremaneira, mudanças climáticas, já sentidas em diversos países, especialmente os insulares e marginalizados do desenvolvimento econômico. Com isso, modelos socioeconômicos alternativos como a Economia Ecológica, por exemplo, foram resgatados, para que auxiliem na construção de novos e sustentáveis horizontes de ação para o Século XXI.

Sendo assim, este ensaio teórico objetivou-se a destacar, na bibliografia escrita por autores clássicos que se debruçaram sobre as origens da Ecologia Política e da Sociologia Ambiental e, mormente, na literatura sobre Economia Ecológica e Desenvolvimento Sustentável, aspectos confluentes que podem ser utilizados como proposições para que as civilizações encontrem um equilíbrio entre a supressão de suas necessidades básicas e aspirações, e a observância aos limites biofísicos da Terra. Para tanto, tomou-se como ponto de partida o questionamento do modelo socioeconômico dominante.

Sustentabilidade, ecologia e desenvolvimento sustentável

Boff (2012) relembra que, há mais de quatrocentos anos, comunidades europeias silvicultoras instruíam seus madeireiros a manejar as florestas de modo que sua reprodução sempre igualasse o consumo, comportamento adotado em reação à séria escassez de madeira que começara no século anterior. Sachs (2015), por sua vez, destaca a piscicultura como um exemplo de sustentabilidade ambiental de longa data.

Essas práticas estavam intrinsicamente atreladas à sobrevivência e à manutenção das

condições necessárias para que as futuras gerações pudessem manter um estilo de vida semelhante àquele dos que as iniciaram. Ainda mais antigo, porém conservado até o presente, é o modo de vida de povos como os Yanomami, que “[...] não provoca nenhum desequilíbrio comprometedor do ecossistema, embora o modifique” (Romeiro, 2018, p. 5). Todavia, as discussões formais sobre a sustentabilidade iniciaram-se somente após a segunda metade do Século XX.

Entre os anos 1960 e 1970, o ambientalismo ganhou corpo e passou a ser direcionado por eventos e publicações de grande proeminência. Toma-se como ponto de partida simbólico a publicação da obra “*Silent Spring*” (Primavera Silenciosa), de Rachel Carson (Carson, 1968), que, ao expor os perigos do inseticida DDT, foi o estopim para o início do ambientalismo (McNeill, 2000), e eventos como a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, que aconteceu em Estocolmo, no ano de 1972, sob o impacto provocado pela obra supramencionada e pelo relatório encomendado pelo *think tank* Clube de Roma, “*The Limits to Growth*” (Os Limites do Crescimento).

Este trabalho scandalizou economistas ortodoxos (Georgescu-Roegen, 2012), mas ganhou repercussão mundial graças às advertências nele contidas, que apontaram que os padrões de crescimento adotados pelos países ricos, se estendidos a todos os povos, pela primeira vez na história poderiam comprometer a sobrevivência das futuras gerações (Meadows *et al.*, 1972). Com isso, o estudo resultou em uma crítica ao crescimento desenfreado, em contrapartida ao que viria a ser o ecodesenvolvimento e, anos mais tarde, o desenvolvimento sustentável.

Em consonância, Ophuls (1977) pontua que a realidade e a gravidade da crise ambiental não puderam mais ser negadas após a Crise do Petróleo, que aconteceu entre 1973 e 1974, evidenciando a escassez de opções que substituíssem os combustíveis fósseis, algo que poderia colapsar o modo de vida ocidental. Por isso, o movimento ambientalista lançou luz ao desafio de transformar instituições e valores de uma maneira enfática, uma vez que a ecologia não é uma ciência exclusivamente voltada à compreensão das interações entre os organismos e seus ecossistemas, como também serve de instrumento de contestação das organizações econômicas, sociais e políticas às quais os seres humanos são submetidos, posição corroborada por seus pares.

Além disso, ainda nessa época, autores como Dupuy (1980) direcionaram o olhar ao movimento ecológico radical e à ecologia política, que encontraram na França, em outros países europeus e nos Estados Unidos da América, condições favoráveis para a propagação da crítica ao capitalismo, ao fetichismo das forças produtivas, às ferramentas e ao modo de produção industrial, bem como ao Estado, por meio de seu aparato político heteronômico, ou seja, alienador e capaz de instrumentalizar a natureza e os laços sociais. Admitindo-se a ameaça à lógica econômica dominante e a contradição inerente ao seu modelo produtivo, essa corrente de pensamento chegou à conclusão de que os limites internos e externos

impostos ao capitalismo obrigatoriamente direcionarão o sistema a uma mudança estrutural; caso contrário, inevitavelmente perecerá.

Illich (1976) desenvolve a crítica ao modelo produtivo pautado pelo capitalismo com enfoque na Educação Ambiental emancipadora, contestadora e capaz de fomentar a autonomia, em detrimento da heteronomia. Sua obra aponta, além de uma necessidade de compreensão da existência de escalas e de limites naturais da Terra, a “convivencialidade” como capacidade de abdicar de determinados luxos e prazeres, de maneira a redirecionar as relações humanas entre os membros da própria espécie, com os outros animais e, por conseguinte, com o planeta e seus recursos naturais.

Dessa forma, o assunto projetou-se de maneira internacional, sendo que “[...] a partir das duas últimas décadas do século XX, a questão ambiental assumiu a condição de problema mundial, não apenas mobilizando organizações da sociedade civil e setores da mídia, mas governos de todas as regiões do planeta” (Ferreira, 2010, p. 10).

Depreende-se, então, que os autores atribuem a libertação à ecologia, permeada por pressupostos éticos, de maneira a romper radicalmente com o modo de produção vigente. Por isso, apostam que a reestruturação ecológica será capaz de conter os impactos no meio ambiente e permitir a sobrevivência humana em longo prazo, exprimindo que essa reorientação servirá como opção palatável para desviar as civilizações da tragédia anunciada. Para eles, isso implicará necessariamente em uma mudança de mentalidade e na construção de uma economia pós-industrial.

Economia Ecológica

A discussão anterior evidenciou que, de maneira inédita na História, a ação antrópica tem demonstrado sua capacidade de ameaçar a sobrevivência da vida no planeta. E o modelo econômico capitalista tem papel fundamental nessa catástrofe, fazendo-se necessários arquétipos socioeconômicos alternativos, capazes de responder às demandas sociais, sem que isso implique na depleção dos recursos naturais.

De fato, parte considerável do apelo da produção científica da segunda metade do Século XX esteve alinhada à chamada Questão Ambiental, tema que ganhou importância social, política e econômica (Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, 2020). Parte dessa vertente voltou-se para o decrescimento, ou “crescimento zero”. Sobre isso, Gorz (2010, p. 17) explica que decrescer significa “[...] viver melhor consumindo e trabalhando menos e de maneira diferente”, caracterizando o decrescimento como um “imperativo da sobrevivência”. Posteriormente, D’Alisa e Kallis (2020, p. 1) destacaram que “[...] a questão fundamental para a Economia Ecológica seria como, e sobre quais condições, as econômicas podem prosperar sem crescimento”, evidenciando que a Economia Ecológica e o decrescimento compartilham das mesmas origens e trilham caminhos comuns (Weiss; Cattaneo, 2017).

Diante disso, verifica-se que a Economia Ecológica tem seu surgimento atribuído a um momento sem precedentes de ebulição no cuidado com o planeta e na reparação dos desdobramentos sociais causados pela distribuição desigual das riquezas e a má utilização dos recursos naturais, em resposta à assimetria ambiental e socioeconômica característica do Antropoceno, concomitantemente à supracitada primavera da ecologia política. Artaxo (2014, p. 15) explica que, “[...] desde os anos 1980, alguns pesquisadores começaram a definir o termo Antropoceno como uma época em que os efeitos das ações humanas estariam afetando globalmente nosso planeta”, a partir da “Grande Aceleração”, definida pela alta influência humana na biosfera a partir da segunda metade do Século XX (Mcneill; Engelke, 2016) e marcada pelo aumento massivo no número de veículos motorizados, na produção de plásticos e na quantidade de nitrogênio sintético, atribuído à fertilização agrícola (Veiga, 2019).

De maneira complementar, Barcelos (2019) destaca que o Antropoceno se resume a uma nova época geológica (ainda não oficializada) demarcada pela industrialização e pela capacidade humana de intervenção no ciclo natural da Terra. No entanto, ao realizar uma revisão de literatura sobre o tema, o autor apresenta o termo “Capitaloceno” como forma de deslocar o eixo da crise ecológica para compreendê-la como um câmbio no processo histórico em curso do capitalismo, que incorporou as condições da natureza num projeto específico de reorganizar o mundo material. Com isso, contribui para não culpabilizar a espécie humana em si pelos problemas em curso, mas sim, o sistema econômico e social dominante, que pode ser substituído.

Ao contrário da economia ambiental neoclássica, que, ao tratar da produção econômica desconsidera os limites físicos e ecológicos do planeta, tendo em vista que alguns recursos ecossistêmicos não são substituíveis por capital, a Economia Ecológica defende que a vida na Terra corre o risco de desaparecer se alguns bens naturais se perderem ou forem comprometidos irreversivelmente. Assim, considerar a possibilidade das restrições ecológicas para o desenvolvimento econômico e social revela uma nova consciência sobre os problemas ecológicos planetários.

Com efeito, A Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (2020, *online*) pontua que ela “[...] define-se enquanto um campo transdisciplinar o qual busca a integração entre as disciplinas da economia e ecologia, e demais disciplinas correlacionadas, para uma análise integrada dos dois sistemas”.

Destarte, a crítica estruturada na Economia Ecológica salienta que as pressões do crescimento econômico humano sobre os sistemas naturais e a restrição de escassez de recursos não podem ser ignoradas e devem ser tratadas pela economia. Dessa forma, teorizou a economia como um subsistema da ecologia. Por isso, Martínez-Alier (1994) explicita que a Economia Ecológica não constitui meramente um ramo da Teoria Econômica convencional, mas sim, uma revisão a fundo da ciência econômica, no intuito de inserir a ética

ecológica e a “ecojustiça” à economia, em oposição ao modelo neoclássico, dominado pelo antropocentrismo, como observado por Washington e Maloney (2020).

O pioneiro desse pensamento, Georgescu-Roegen (1971), argumenta que, uma vez que o decrescimento é inevitável, torna-se preferível que aconteça voluntariamente, sem a necessidade de que a Humanidade teste até que ponto os ecossistemas serão capazes de aguentar as pressões antrópicas. Sua teoria, portanto, é um apelo à precaução. Para ele, a economia ortodoxa e, mais especificamente, os fundadores da escola neoclássica, acomodaram modelos mecanicistas que supostamente seriam capazes de explicar as relações econômicas entre as famílias e as empresas.

Fazendo uso da 2ª Lei da Termodinâmica, o matemático e economista romeno apontou que a atividade produtiva é responsável por absorver matéria-prima num estado de baixa entropia² e, após o transumo, dispersar resíduos em estado de alta entropia, como energia dissipada, resíduos e poluição, de maneira irreversível no meio ambiente. Há, portanto, uma diferença qualitativa entre o que é absorvido no processo econômico e o que sai dele, sendo o processo econômico meramente responsável por transformar recursos naturais de valor em resíduos (Georgescu-Roegen, 2012).

Ao contrário de outros expoentes da Economia Ecológica, Georgescu-Roegen não acreditava na possibilidade da salvação da ecologia por meio de teorias de transição, como o desenvolvimento sem crescimento, proposto por Herman Daly, um de seus mais próximos discípulos, cuja analogia mais difundida é a da biblioteca que não tem alterado o número de livros em suas prateleiras, no entanto, pelo fato de os volumes antigos serem substituídos por novos e atualizados, tem a qualidade de seu conteúdo melhorada. Com o tempo, essa visão se aperfeiçoou e o desenvolvimento mostrou-se uma opção de tradução das ideias presentes na Economia Ecológica.

Dessa forma, a Economia Ecológica, como destaca Andrade (2008), amplia o campo de análise da concepção mais difundida de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade econômico-ambiental, ao passo que a economia ambiental neoclássica busca incluir o conceito de desenvolvimento sustentável em sua estrutura analítica, procurando atender aos problemas ambientais, de maneira reducionista e baseada na precificação, considerando a natureza uma externalidade. Assim, em essência, a Economia Ecológica e a economia ambiental neoclássica apoiam-se em abordagens distintas para tratar da relação entre o sistema econômico e o meio ambiente.

Recentemente, a implosão do modelo econômico dominante, especialmente após a grande recessão de 2008, e as recentes notícias e estudos científicos que evidenciam a

² A entropia, que tem origem em uma palavra grega que significa transformação, ou evolução, é definida por Georgescu-Roegen (2012, p. 83) como uma “[...] lei física capaz de reconhecer que o próprio universo material está sujeito a uma mudança qualitativa irreversível, a um processo evolutivo”. O autor pontua que “[...] a Lei da Entropia é, em sua natureza, a mais econômica de todas as leis físicas”.

iminente catástrofe climática, levaram Moraes e Torrecillas (2013, p. 59) a afirmar que “[...] os conceitos considerados por uma série de economistas como intocáveis, estão ruindo e dando espaço para um campo emergente de críticas”, se levado em consideração que “[...] os pressupostos teóricos da economia neoclássica não têm dado inteligibilidade suficiente para a compreensão dos fenômenos econômicos e políticos contemporâneos”.

A Economia Ecológica, portanto, admite um modelo de desenvolvimento pautado na necessidade de uma produção consciente, que garanta o cuidado com todas as formas de vida no planeta, de maneira a gerar benefícios sociais para a humanidade, como a superação da fome e da pobreza, respondendo aos anseios supracitados. Mais precisamente, a Economia Ecológica considera que a natureza determina limites ao crescimento físico do sistema econômico.

Consequentemente, por ser contrária à regra de crescimento econômico tendente ao infinito e à crença no progresso humano por meio da competição, da inovação, da tecnologia e da acumulação de capital, elementos centrais para a economia neoclássica, a Economia Ecológica dispõe de um potencial revolucionário, como apontado por Spash (2020), ao defender que ela desafia aqueles treinados na teoria convencional a ir além de sua educação ortodoxa e abandonar as teorias e conceitos falhos que contribuem para apoiar sistemas que criam crises sociais, ecológicas e econômicas.

Por sua vez, Blignaut e Aronson (2020) apontam que apenas uma mudança de cultura – de modo a internalizar universalmente o conceito de cuidado com o planeta, por meio do diálogo interdisciplinar –, será capaz de gerar resultados positivos. Por isso, nos próximos trinta anos, a Economia Ecológica e outras perspectivas correlatas³, trabalhando sinergicamente, serão capazes de pavimentar o caminho de uma emergente cultura restauradora. Essa visão assemelha-se profundamente com os pensadores elencados no tópico anterior, que defendem uma transição cultural no sentido do incremento qualitativo dos vínculos humanos, de forma harmônica com o meio ambiente.

Em adição, Hanaček *et al.* (2020) apontam que, além de elementos como o decrescimento e a “re-politização” da questão ambiental, a Economia Ecológica também carrega consigo pautas como a igualdade de gênero e a justiça social global.

Baseando-se nas premissas enumeradas, pode-se assumir que a Economia Ecológica advoga, da mesma forma que suas predecessoras, a ecologia política e a sociologia ambiental, em um campo conflitante e de ruptura de um modelo tradicional de se enxergar o mundo pelas lentes de modelos socioeconômicos demasiadamente simplificados. Desponta, então, como importante mecanismo para a construção de políticas que se oponham ao modelo dominante de crescimento econômico, colocado em xeque pela pandemia. Por isso, Cechin e Veiga (2010, p. 451) concluem:

³ Como exemplos, é possível citar a “Economia Donut” (Raworth, 2019) e a Economia de Francisco (The Economy of Francesco, 2020).

Nesse começo de Século XXI [...], elas [ideias provenientes da Economia Ecológica] encontram um ambiente mais propício à aceitação, seja pela importância que tem sido atribuída às questões ambientais globais, seja pela percepção de que fenômenos complexos não podem ser entendidos com arcabouço científico reducionista, mecânico e estático.

Com todo esse conteúdo em mãos, como a humanidade pode construir um “pós-coronacrise” no qual a vida e as condições necessárias para sua manutenção sejam colocadas no âmago das discussões, como fim e não mais como meios para a economia?

Novos paradigmas para o “pós-coronacrise”

Como atestado no tópico anterior, ainda que o planeta aparentemente se encontre refém de um modelo de produção e consumo voltado exclusivamente ao crescimento econômico, que tem funcionado como uma venda nos olhos de muitos tomadores de decisão, há uma extensa obra intelectual e exemplos práticos que apontam alternativas saudáveis, do ponto de vista socioambiental, aptos a romper com costumes e paradigmas estabelecidos desde a Revolução Industrial. Com a ferida reaberta pela pandemia, essas correntes de pensamento irrompem-se como caminhos alternativos para um “novo normal”.

Ainda que esperar uma revolução seja surreal, levando-se em consideração a impossibilidade de um evento de tamanhas proporções, abarcando realidades tão diversas, especialmente após o abalo causado pela doença, ações incrementais podem condicionar uma transformação, ainda que lenta, mas gradativa e eficaz, mirando as próximas décadas.

Sob a ótica da formulação e implementação de políticas públicas, as alternativas baseadas no desenvolvimento local, e orientadas por agendas globais pelo desenvolvimento sustentável, podem figurar um caminho para que os conceitos presentes desde o princípio das discussões sobre Economia Ecológica sejam traduzidos em ações com impacto direto nas pessoas.

Ainda que a Economia Ecológica esteja calcada no decrescimento como solução para que a ação antrópica não esbarre nos limites do planeta e, embora o desenvolvimento sustentável não conteste diretamente o modelo econômico e social capitalista, Cavalcanti (2010, p. 57) aponta a latente ligação entre a Economia Ecológica e o desenvolvimento sustentável, considerando esse conjunto de objetivos e metas como uma extensão dela, quando escreve que:

[...] os economistas ecológicos – apelando para princípios da física e ecologia – consideram que o tamanho da carga seja fundamental. Na concepção de uma possível macroeconomia do ambiente, a capacidade de carga, portanto, assume papel-chave. É ela que vai delimitar o âmbito do desenvolvimento sustentável.

Sobre isso, e fazendo uso da teoria de múltiplos fluxos, cunhada por Kingdom (2014), que aponta *policy windows* como oportunidades para a inserção de determinados assuntos na agenda governamental, entende-se que a pandemia foi devastadora de tal maneira que permitiu a reflexão de diversos setores da sociedade acerca da necessidade de políticas inclusivas, solidárias e que permitam o florescimento da vida humana em sua completude.

De fato, a pandemia escancarou as profundas desigualdades entre os países e, também, em nações historicamente estratificadas, como o Brasil, pois a ausência de infraestrutura, como saneamento básico, funcionou como incrementador do número de casos da doença, uma vez que, por exemplo, a lavagem de mãos é uma defesa básica de primeira linha (Nações Unidas Brasil, 2020).

Por outro lado, a drástica redução nas emissões de poluentes – observada em grandes cidades espalhadas pelo planeta que optaram pelo distanciamento social ou, em casos extremos, pelo *lockdown*, que, conseqüentemente, diminuíram os deslocamentos via automóvel particular e a produção industrial –, ganhou destaque em noticiários e redes sociais, atraindo a atenção de milhões de pessoas para os sensíveis impactos do transporte individual e da atividade produtiva no meio ambiente, remontando aos resíduos sem valor e em alto estado de entropia. Ressalta-se que uma em cada cinco mortes prematuras que acontecem por ano está atrelada à poluição do ar associada ao diesel, à gasolina e ao carvão (Vohra *et al.*, 2021).

Também, a pandemia clarificou o desgaste que a democracia liberal estava sofrendo há algum tempo. Levando-se em consideração as milhares de mortes em todo o planeta e, com a economia monetária em queda livre, aumentando o desemprego e a pobreza em escala global, movimentos antidemocráticos podem encontrar terreno fértil para propagarem suas ideologias. Sobre isso, Muradian e Pascual (2020) descrevem que, devido à ascensão de regimes autoritários, aliados à negação da ciência e ao repúdio à pauta ambientalista, caracterizando a chamada “Era do Medo”, a Economia Ecológica assume novas responsabilidades. Dentre elas, está a capacidade de influir politicamente em contextos variados.

Ainda que esse campo de debate se apresente como demasiadamente conflitante, tendo em vista a existência de movimentos negacionistas que se insurgiram contra as medidas sanitárias mundialmente referendadas para contenção da pandemia, inclusive advindos do Governo Federal (Caponi, 2020; Giovanella *et al.*, 2020), houve uma queda no prestígio de líderes que chegaram ao poder “[...] apostando na força da polarização, no culto ao ódio, ao grotesco, ao irracional e no permanente incêndio de suas bolhas digitais de repetição e redundância”, como afirma Abramovay (2020, *online*). Por isso, o autor defende que “[...] o tão propalado pós-COVID-19 poderá ser marcado, na política, pela ampla contestação aos métodos que ampliaram de maneira tão forte, ao redor do mundo, o poder da extrema-direita” (Abramovay, 2020, *online*).

Partindo desse e outros exemplos, a janela está aberta para que ações balizadas pelo axioma ecológico de contestação política e econômica irrompa em variados segmentos da sociedade, pressionando administradores públicos a reorientarem ações governamentais e gestores empresariais a repensarem o impacto de suas atividades no planeta. Esta pode ser uma possibilidade de formulação e implementação de políticas balizadas pelo Acordo de Paris e pela Agenda 2030 pelo Desenvolvimento Sustentável, globalmente, em escala nacional, subnacional e multisetorial.

Sobre isso, em matéria publicada pelo Jornal da USP (Ferreira, 2020, *online*) e embasada em estudos recentes acerca desse assunto, salientou-se que, diante da iminente “[...] preocupação de que a retomada econômica depois da crise aprofunde ainda mais as desigualdades sociais e a volta das atividades industriais aconteça sem critério de sustentabilidade ambiental” a Agenda 2030 emerge como balizadora fundamental de ações mitigadoras, encontrando, assim, uma janela de oportunidade para que seja aplicada, desde que haja “[...] sinergia e comprometimento da sociedade, do governo, das indústrias e da Academia” (Ferreira, 2020, *online*).

Finalmente, questiona-se: se o esforço conjunto desses mesmos atores foi possível para combater a emergência provocada pelo novo coronavírus, ou ao menos mitigar seus efeitos, não estariam esses mesmos atores dispostos a lutar pela edificação de uma sociedade mais justa, fraterna e pela reparação dos ecossistemas naturais? Afinal, a fome, as desigualdades e as mudanças climáticas são problemas igualmente, ou ainda mais, violentos e assoladores, demandando ações incrementais e, ao mesmo tempo, urgentes.

Em editorial sobre o “pós-coronacrise” publicado pela revista *Nature* (Include..., 2020), há uma ampla defesa de que a saúde econômica está intrinsecamente ligada à saúde ecológica do planeta. Ademais, a matéria sinaliza que vivemos um tempo conveniente para que as omissões passadas sejam compensadas e a reconstrução das economias aconteça de uma maneira que admita o verdadeiro valor do meio ambiente. Essa afirmação está baseada nas previsões de Dasgupta (2008, p. 44), que determinou que “[...] é apenas uma questão de tempo até que a economia abra espaço para a natureza”.

No entanto, não se trata de algo trivial. Georgescu-Roegen (2012, p. 69) dá uma pista da explícita dificuldade na transição para a sustentabilidade, calcada na justiça intergeracional e na compreensão dos limites do planeta, ao inferir que:

[...] a corrida ao desenvolvimento econômico, que é o traço distintivo da civilização moderna, não deixa a menor dúvida quanto à falta de clarividência do homem. É apenas por causa de sua natureza biológica (dos instintos que herdou) que o homem se preocupa com seus descendentes imediatos, mas geralmente essa preocupação não chega além de seus bisnetos. E não há cinismo nem pessimismo em crer que, mesmo que o fizéssemos conscientizar-se da problemática entrópica da espécie humana, o homem não renunciaria de bom grado a seus luxos atuais visando a favorecer a vida dos seres humanos que vão nascer daqui a dez mil, até mesmo daqui a mil anos somente. Tendo multiplicado seus meios de ação biológica por suas

próteses industriais, o homem, por isso mesmo, tornou-se tributário de uma fonte parcimoniosíssima de subsistência, indo até a intoxicar-se do luxo da civilização industrial. Tudo acontece como se a espécie humana tivesse escolhido levar uma vida breve, mas excitante, deixando, às espécies menos ambiciosas, uma existência longa, mas monótona.

O pessimismo do autor, ainda que embasado em uma realidade que salta aos olhos, exige do mundo uma resposta efetiva e em tempo hábil. E, diante das evidências, torna-se cristalino que essa solução não partirá de uma mera reprodução do modelo dominante que estava em curso anteriormente à pandemia, mas sim, de uma aguda transformação social, educacional, cultural, econômica, institucional e política.

Mediante o prisma socioeconômico, Yunus (1998) afirma que não se pode solucionar o problema da pobreza com o mesmo “marco teórico” que permitiu ou ajudou na sua criação. Estendendo essa máxima para outras perspectivas, depreende-se quase instintivamente que, em escala global, será impossível retornar aos moldes da economia neoclássica e esperar que, automaticamente, ela solucione as assimetrias motivadas por si própria, como a concentração de renda, e reverta os danos irreparáveis causados por décadas de exploração dos ecossistemas e lançamentos de poluentes em rios, lagos, solos e na atmosfera, frutos de sua concepção utilitarista do planeta.

E, para o âmbito nacional, Garcia (2020, *online*) argumenta que, apesar de o governo e os analistas apresentarem uma única solução para a crise brasileira, que consiste na retomada do crescimento econômico, traduzido na recuperação do PIB, “[...] a sociedade brasileira não tem acesso universal a bens e serviços básicos de qualidade, tais como educação e saúde, saneamento básico, moradia e transporte público, além de um meio ambiente saudável”. Por isso, e, salientando que a mera expansão produtiva não é sinônima ao desenvolvimento genuinamente sustentável, o autor prevê que a pandemia, apesar de sua inegável tragicidade, “talvez seja uma oportunidade de ouro para redirecionar nossos esforços para aquilo que realmente importa”, ou seja, “para melhorar a vida pessoas”.

Considerações Finais

Este é um tempo de luto, de imensa tristeza. Ao mesmo tempo, a pandemia de COVID-19 escancarou, mundial e localmente, as crescentes desigualdades sociais e a insustentabilidade das relações humanas com a natureza, resultados da aparente perpetuação de um modelo socioeconômico descolado das aspirações humanas e do cuidado com o meio ambiente.

Partindo desse cenário, o presente ensaio buscou na Economia Ecológica e no marco teórico sobre o desenvolvimento sustentável possíveis horizontes de ação para que as civilizações encontrem um equilíbrio entre a supressão de suas necessidades básicas, sem que isso exija a extrapolação dos limites físicos do planeta.

Profissionais de áreas variadas se debruçaram à compreensão do impacto da pandemia nas comunidades humanas e acerca de quais caminhos podem ser trilhados ao findar dessa situação. O denominador comum desse rol de reflexões para um “pós-coronacrise” reside em uma profunda reorientação da cultura, da educação, das relações sociais, econômicas e da produção e do consumo, permitindo a vida com qualidade para todas as pessoas, com liberdades substantivas, participação social e oportunidades ampliadas universalmente, ao passo que os demais seres vivos e componentes dos ecossistemas naturais tenham seus direitos respeitados e implementados.

Reitera-se que, para isso, a humanidade deve apostar em alternativas que trilhem caminhos diferentes daqueles presentes no *mainstream* econômico destinado exclusivamente para o crescimento e mensurado quantitativamente pelo PIB. A discussão nesse sentido é de longa data, pois os problemas colocados em xeque durante a pandemia são contestados desde a segunda metade do Século XX. Ainda assim, levando-se em consideração o *turning point* causado pela COVID-19, a humanidade parece ter encontrado um ensejo para que uma concepção ecológica da economia seja efetiva e definitivamente colocada em prática.

Isso se faz ainda mais urgente devido à necessidade de atingimento das metas do Acordo de Paris e por ocasião da “Década da Ação”, restando menos de dez anos para o cumprimento do prazo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Referências

Abramovay, R. COVID-19 pode abrir caminho para o fim do radicalismo e da polarização. *Tab Uol*, 22 abr. 2020. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/colunas/ricardo-abramovay/2020/04/22/covid-19-pode-abrir-caminho-para-o-o-fim-do-radicalismo-e-polarizacao.htm>. Acesso em: 5 maio 2020.

Andrade, D. C. Economia e meio ambiente: aspectos teóricos e metodológicos nas visões neoclássica e da economia ecológica. *Leituras de Economia Política*, v. 11, n. 1, p. 1-31, 2008. Disponível em: http://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/LEP/L14/1%20LEP14_Economia%20e%20Meio%20Ambiente.pdf. Acesso em: 22 abr. 2020.

Artaxo, P. Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno? *Revista USP*, n. 103, p. 13-24, 2014. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i103p13-24>

Barcelos, E. A. S. Antropoceno ou Capitaloceno: da simples disputa semântica à interpretação histórica da crise ecológica global. *Revista Iberoamericana de Economía Ecológica*, v. 31, n. 1, p. 1-17, 2019. Disponível em: <https://redibec.org/ojs/index.php/revibec/article/view/356>. Acesso em: 21 abr. 2020.

Blignaut, J.; Aronson, J. Developing a restoration narrative: A pathway towards system-wide healing and a restorative culture. *Ecological Economics*, v. 168, p. 1-9, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106483>

Boff, L. *Sustentabilidade: o que é, o que não é*. Vozes: Petrópolis, 2012.

Caponi, S. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. *Estudos Avançados*, v. 34, n. 99, p. 209-224, 2020. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.013>

Carson, R. *Primavera silenciosa*. São Paulo: Melhoramentos, 1968.



Cavalcanti, C. Concepções da economia ecológica: suas relações com a economia dominante e a economia ambiental. *Estudos Avançados*, v. 24, n. 68, p. 53-67, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000100007>

Cechin, A. D.; Veiga, J. E. A economia ecológica e evolucionária de Georgescu-Roegen. *Brazilian Journal of Political Economy*. v. 30, n. 3, p. 438-454, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0101-31572010000300005>

D'Alisa, G.; Kallis, G. Degrowth and the State. *Ecological Economics*, v. 169, p. 1-9, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106486>

Dasgupta, P. Creative Accounting. *Nature*, v. 456, p. 44, 2008. Available from: <https://www.nature.com/articles/twas08.44a#citeas>. Cited: May 13, 2020.

Dupuy, J-P. *Introdução à crítica da ecologia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

Ferreira, I. Covid-19 teria tido menos impacto no Brasil se a Agenda 2030 tivesse avançado. *Jornal da USP*, 5 maio 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/covid-19-teria-tido-menos-impacto-no-brasil-se-a-agenda-2030-tivesse-avancado/>. Acesso em: 13 fev. 2021.

Ferreira, L. C. *O desafio das mudanças climáticas: os casos Brasil e China*. Campinas: Paco Editorial, 2010. p. 10.

Garcia, J. R. A interface biofísica da economia brasileira. *Medium*, 8 maio 2020. Disponível em: <https://medium.com/@jrgarcia1989/a-interface-biof%C3%ADsica-da-economia-brasileira-7d1d407fd556>. Acesso em: 8 maio 2020.

Georgescu-Roegen, N. *The entropy law and the economic process*. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

Georgescu-Roegen, N. *O decrescimento: entropia, ecologia e economia*. São Paulo: Senac, 2012. p. 69-83.

Giovanella, L. et al. Negacionismo, desdém e mortes: notas sobre a atuação criminosa do governo federal brasileiro no enfrentamento da Covid-19. *Saúde em Debate*, v. 44, n. 126, p. 895-901, 2020. <https://doi.org/10.1590/0103-1104202012623>

Gorz, A. *Ecológica*. São Paulo: Annablume, 2010. p. 17.

Hanaček, K. et al. Ecological economics and degrowth: Proposing a future research agenda from the margins. *Ecological Economics*, v. 169, p. 1-13, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106495>

Illich, I. *A convivencialidade*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1976.

Include the true value of nature when rebuilding economies after coronavirus. *Nature*, May 12, 2020. Available from: https://www.nature.com/articles/d41586-020-01390-w?fbclid=IwAR0aRoOE996Oj-RVGJjSa7tXuSTSeUFhWhS2soE9V2CSawpuzXf0ivnqx_k. Cited: May 13, 2020.

Kingdom, J. W. *Agendas, alternatives, and public policies*. Edinburgh: Pearson New International Edition, 2014.

Martínez-Alier, J. *De la economía ecológica al ecologismo popular*. Barcelona: Icaria, 1994.

McNeill, J. R. *Something new under the sun: an environmental history of the twentieth-century world*. New York: W. W. Norton & Company, 2000.

McNeill, J. R.; Engelke, P. *The great acceleration: an environmental history of the anthropocene since 1945*. Massachusetts: Harvard University Press, 2016.

Meadows, D. H. et al. *Limites do crescimento: um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

Moraes, T.; Torrecillas, G. Por uma nova economia política: notas críticas à teoria neoclássica, ao direito económico e à política económica. *Revista Angolana de Sociologia*, v. 11, p. 51-62,

2013. <https://doi.org/10.4000/ras.327>

Muradian, R.; Pascual, U. Ecological economics in the age of fear. *Ecological Economics*, v. 169, p. 1-8, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106498>

Nações Unidas Brasil. *Pacto global sugere respostas das empresas à COVID-19*. Brasília: ONU Brasil, 2020. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pacto-global-sugere-respostas-das-empresas-a-covid-19/?fbclid=IwAR11nXVOv7Oiy-jlCWec5HyJ98IS5S-Tmwevyq883AT5bpbduUeLigCpSbaE>. Acesso em: 1 maio 2020.

Ophuls, W. *Ecology and the politics of scarcity: prologue to a political theory of the steady state*. San Francisco: W.H. Freeman, 1977.

Raworth, K. *Economia donut: uma alternativa ao crescimento a qualquer custo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

Romeiro, A. R. Economia ou economia política da sustentabilidade. In: MAY, P. H. (org.). *Economia do meio ambiente: teoria e prática*. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018. p. 3-32.

Sachs, J. *The Age of sustainable development*. New York: Columbia University Press, 2015.

Sociedade Brasileira de Economia Ecológica. *O que é a Economia Ecológica?* Uberlândia: Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, 2020. Disponível em: <http://ecoeco.org.br/economia-ecologica/>. Acesso em: 5 maio 2020.

Spash, C. L. A tale of three paradigms: realising the revolutionary potential of ecological economics. *Ecological Economics*, v. 169, p. 1-14, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106518>

The Economy of Francesco. [S.l.]: The Economy of Francesco, 2020. Available from: <https://francescoeconomy.org/>. Cited: May 5, 2020.

Veiga, J. E. *O antropoceno e a ciência do sistema Terra*. São Paulo: Editora 34, 2019.

Vohra, K. et al. Global mortality from outdoor fine particle pollution generated by fossil fuel combustion: results from GEOS-Chem. *Environmental Research*, v. 195, p. 1-8, 110754, 2021. <https://doi.org/10.1016/j.envres.2021.110754>

Washington, H.; Maloney, M. The need for ecological ethics in a new ecological economics. *Ecological Economics*, v. 169, p. 1-8, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106478>

Weiss, M.; Cattaneo, C. Degrowth: taking stock and reviewing an emerging academic paradigm. *Ecological Economics*, v. 137, p. 220-230, 2017. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2017.01.014>

Yunus, M. *Hacia un mundo sin pobreza*. Madri: Clube de Debate de la Universidad Complutense de Madrid, 1998.

Como citar este artigo/How to cite this article

Vieira da Silva, L. H. Economia Ecológica, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: caminhos alternativos para o “pós-coronacrise”. *Sustentabilidade: Diálogos Interdisciplinares*, v. 2, e215294, 2021. <https://doi.org/10.24220/2675-7885v2e2021a5294>

Recebido em 14 de fevereiro de 2021, versão final em 1 de maio de 2021 e aprovado em 3 de maio de 2021.

